**ATA N° 006/2023**

Aos três dias do mês de outubro de 2023, às oito horas, reuniram-se no Salão de Atos da Prefeitura Municipal de Urussanga, no Paço Lydio De Brida, número doze, centro da cidade, reuniram-se os(as) conselheiros(as): Maria Alice Julio Batista, Vanessa Lopes, Rita de Cássia Padoin, Andrei Leandro, Adroaldo Luiz Apolinário, Henrique Viana, Magali Albino, Manuela de Souza Fretta, Marcia Echamendi Possamai, Mauro Paes Correia, Sergio Roberto Maestrelli, Luciane Alves Gomes Martins, Adriana Pardi Corrêa e Vitor de Brida. Como convidadas Marielle Bonetti, Michelle Bonetti e Marlene Zannin, para a sexta reunião ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Urussanga. A presidente iniciou a reunião dando boas-vindas aos participantes e proferiu a pauta pré-estabelecida da reunião: Institucionalização do CMPCU, cobrar do Prefeito o Decreto ou acionar o MP, Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes e Diretoria de Cultura, editais da LPG, elaboração e encaminhamentos, legislação Cultural de Urussanga/levantamento da Câmara Técnica de Legislação e Normas e abertura para a plenária. Seguindo a pauta, o primeiro assunto abordado foi em relação ao descaso do setor público quanto a institucionalização do Conselho. A Presidente enfatizou que já conversou com todos os setores responsáveis da Prefeitura e que até o momento não obteve êxito. Abriu para debate com os presente quanto ao andamento do problema. Mauro deu a ideia de fazer um site para publicação online de todos os documentos relacionados ao Conselho da Cultura. Isto seria uma forma legal de ter armazenado o acervo do Conselho à disposição para a população. Sendo assim, esta seria uma via legal de provar que o Conselho existe e que é atuante. Vanessa apontou que seria interessante também ter outros canais de comunicação como por exemplo, as redes sociais, que serão de extrema importância para divulgação dos trabalhos. Sendo assim todos apoiaram a ideia. Adroaldo deixou claro seu desapontamento quanto a falta de respeito do Senhor Prefeito para com as pessoas que deixam de lado seu trabalho para estar presente nas reuniões. A Presidente concordou com o conselheiro e solicitou dos presentes quais alternativas deveriam ser tomadas diante desse impasse. Marlene informou que deveria ser feita uma petição solicitando do Senhor Prefeito a nomeação e a institucionalização do conselho para que o mesmo possa existir legalmente. Caso isso não ocorra por parte do setor público a nomeação, que se leve ao poder judiciário. O Prefeito não pode impedir que a cidade avance, isso prevaricação, frisou. A verba já está na conta do Município e não podemos deixar que volte a União por falta de interesse do setor público Municipal enfatizou a convidada. Continuando Marlene se mostrou triste e decepcionada com toda essa situação. Solicitou aos presentes que se tome as providências cabíveis com urgência. Relatou que lendo o estatuto que rege o Conselho da Agricultura, percebeu uma cláusula que dá autonomia absoluta ao conselho para tomar decisões, sem interferência do poder público. Passou em slide o estatuto e apontou todas as cláusulas que achou interessante e que poderiam fazer parte da lei do Conselho da Cultura. Solicitou ao Senhor Henrique Viana que expusesse aos presentes como funciona essa parte, já que o mesmo faz parte desse conselho. Henrique Viana abordou que pela alta rotatividade de Secretários das pastas e por serem cargos políticos e não técnicos, o serviço não andava. Os conselheiros daquela pasta optaram então por mudarem o estatuto, colocando uma cláusula dando plenos poderes aos conselheiros. Relatou que sem a interferência do Prefeito, o conselho está caminhando muito bem. A Presidente informou que a lei antiga diz que tudo o que é decidido é através do regimento interno. Marlene solicitou que seja colocado na lei da cultura a cláusula que dá os plenos poderes aos conselheiros. Vanessa deu a ideia de formar uma comissão para ir conversar com o Prefeito. Maria Alice abordou que seria perda de tempo, pois o mesmo não atende o Conselho. Ela já tentou várias vezes. Marlene informou que precisa-se dar seguimento a tudo isto e que do ponto de vista jurídico, só vamos poder legalizar tudo isto, se formos nomeados. Que precisam duas coisas serem feitas neste momento. Pedir uma reunião com o Prefeito para nomeação do Conselho e em relação aos editais. Michelle foi enfática dizendo que primeira coisa a se fazer neste momento, é dar prazo para o Prefeito decretar e se não for cumprido ir para as vias legais, que é o Ministério Público. Vanessa concordou com a colega e disse que deveríamos fazer uma última tentativa, que é uma reunião. Todos concordaram e ficou decidido que seria prudente dar mais uma chance ao poder público encaminhando mais um ofício, solicitando que o senhor Prefeito dê a devida importância quanto a publicação do Decreto de nomeação dos conselheiros. Foi solicitado a funcionária Magali, representante da Cultura para que desse um parecer sobre o andamento da Lei Paulo Gustavo e os editais. A mesma informou que a Diretora interina da pasta Renata, ficou de ir no setor da Cultura neste mesmo dia, no período vespertino para dar andamento em relação aos editais. Que Renata deixou com o Xixo todo o material para que o mesmo dê sequência, em virtude da sua exoneração da pasta. Foi solicitado a presença do Xixo para relatar de como está o andamento dos editais. Maria Alice lembrou que se o Prefeito nomear o Conselho agora, o mesmo não poderá sair com data retroativa e que isto será um transtorno. Vanessa sugeriu que se a lei do Conselho não foi alterada ainda e está parada, que seja feita uma força tarefa para que se mude o quanto antes. Maria Alice ficou de ver o que pode ser feito e irá pessoalmente no dia seguinte, falar com Prefeito e entregar em mãos o ofício e a minuta de alteração da lei. Vanessa apontou as decisões tomadas até então pelo conselho em relação as pendências: Foi conversado com a Carina, do Setor Jurídico durante a reunião do Conselho e a mesma informou que toda documentação está na sua mesa e que vai dar andamento aos documentos até sexta-feira, dia seis de outubro, senão o conselho tomará medidas necessárias; ofício ao Prefeito dando prazo para nomeação do Conselho, protocolado; mudança do parágrafo da lei para alteração. Marielle questionou a funcionária Magali sobre a questão dos trabalhos na Diretoria de Cultura, de como vai funcionar o setor sem a Diretora Renata. Magali informou que não sabe como ficará. Vanessa frisou bem sobre o recurso da Lei Paulo Gustavo que já está na conta da prefeitura. Se o setor público não der a devida atenção ao aporte financeiro e o mesmo não seja utilizado até 31/12/23, será devolvido para União, o que seria uma grande perda para o setor cultural. Não apenas por este prêmio, mas porque perderemos pontos e recursos para a Lei Aldir Blanc 2, que será subsequente. Continuando, informou que existem modelos de editais na página federal. Não é difícil de ser feito. Paralelo a isto precisa-se de uma comissão que vai trabalhar na seleção dos projetos. Essa comissão pode ser feita por pessoas que a Secretaria de Cultura compõe ou existem verbas para contratação de pareceristas externos. Mas, para contratar esses profissionais externos, é necessário abrir um credenciamento, que até o momento não foi feito. E não é apenas isto, relatou, existem muitas várias coisas que precisam ser feitas. Porém, o tempo está curto e até o momento não foram feitos os editais. Temos até só até o dia 31 de dezembro para ser feito todo o processo, muito pouco tempo. Maria Alice complementou dizendo que tudo isto os setores responsáveis estão sabendo. Ela mesma foi pessoalmente entregar os ofícios e aproveitou para esclarecer as dúvidas, porém nada foi feito até o momento. Não entende porque as coisas não andam. Relatou que se ofereceu para ajudar gratuitamente, porém não obteve resposta. Vanessa lembrou que tem muito trabalho pela frente e o tempo urge. Marielle disse que se não houver uma pressão pública, isso não vai sair nunca. Que a população não tem conhecimento do que está acontecendo. Marlene sugeriu ir para a imprensa. Só assim a população ficará à par dos acontecimentos, porém isto deverá ser através da sociedade civil e não através do Conselho. Dando sequência para encerrar a questão da Lei Paulo Gustavo, foi chamado o Xixo para explanar sobre como está o andamento dos trabalhos. Xixo informou que a Diretora Renata, realmente passou toda a documentação necessária e um pen drive, porém como ele não é da área e está se familiarizando ainda com toda a situação. Que não tem condições de fazer os editais, porém a Renata marcou de conversar esta semana. Falou das dificuldades encontradas em relação de como será feito o edital. Se será como prêmio ou como serviço, porque dependendo, existe a carga tributária. E se sabe que os tributos levam uma boa parte do valor. Que acha melhor fazer sobre prêmio, até porque não tem imposto e nem prestação de contas. Que estão estudando ainda sobre o assunto. Se prontificou de conversar com o Prefeito hoje à tarde e ver o que se pode fazer. Dará um parecer a Presidente do Conselho. Maria Alice se prontificou a ajudar caso precise. Solicitou que os pareceristas sejam contratados de fora do Município. Adroaldo aproveitou a oportunidade para solicitar ao convidado para que converse com o Prefeito sobre o Decreto de nomeação do Conselho. Xixo ficou de ver e dar retorno. Dando continuidade, Maria Alice levantou a questão da Cartilha de orientação dos bens tombados, dizendo que a primeira providência a ser tomada, seria uma reunião com os proprietários do imóveis. Consequentemente com os locatários. Sugeriu ao Deplan através do conselheiro Andrei para que seja feita uma lista dos donos dos imóveis tombados do Município para marcar a reunião. Nesta reunião será abordada orientações sobre os bens e de como deverão proceder diante da Lei e da Cartilha de proteção. Adroaldo levantou a questão da poluição visual no centro da cidade e com isto a quantidade de irregularidades existentes por parte dos proprietários dos imóveis. Que precisa-se urgentemente marcar essa reunião. Sergio Maestrelli aproveitou para perguntar sobre as casas do Geraldo Fornasa e do Nichele em relação a morosidade do andamento das obras. Andrei do DEPLAN informou que estão dependendo de aprovações dos órgãos competentes. Que o DEPLAN está acompanhando todo o processo. Para dar andamento a execução é necessário aguardar os pareceres desses órgãos. Marlene frisou que tudo isto não é por falta de lei. As leis existem, porém não são obedecidas por falta de fiscalização por parte do DEPLAN. Perguntou ao senhor Andrei como estão sendo feitas as fiscalizações. Andrei informou que o setor não está por dentro das leis, cartilhas, planos e protocolos, que precisa ser mais estudado. Marlene solicitou que o referido setor seja mais atuante e que fiscalize mais. Se isto acontecesse, não estaria do jeito que está. Que deverão seguir o Plano, as leis e outras documentações relativas ao setor. Marielle questionou sobre o papel da DEPLAN dentro desse contexto. Existem muitos materiais, como a lei municipal que trata de tombamento e o que percebeu é que existe uma equipe jovem, porém não existe um legado que é passado quando existem mudanças, é o mesmo que está acontecendo na cultura neste momento. Não existe uma diretriz. Nem sabemos exatamente quem é responsável pelo o quê, principalmente pela fiscalização. Primeiro passo seria identificar quais são as responsabilidades do departamento. Se é do DEPLAN essa responsabilidade de fiscalização ou de outro departamento. Percebeu na reunião que não existe um desconhecimento. Precisa-se fazer um trabalho sério de educação patrimonial junto dos proprietários, CDL, sociedade civil, porque a população precisa entender. Isso vai envolver não só a cultura, mas a educação também, frisou. Adroaldo sugeriu reunião com DEPLAN, donos dos imóveis, CDL, locatários, IFAM e outros setores para definir as questões pendentes relativa a poluição visual. Maria Alice comentou sobre a Conferência Estadual da Cultura e da sua indignação em relação as propostas e os eixos. Achou falta de respeito apenas duas propostas por eixos. Apesar de o Ministério da Cultura dar as diretrizes, cada Município se molda conforme sua realidade, porém o Estado poderia dar o exemplo aos Municípios. A Presidente abriu para a plenária. Henrique Viana desabafou dizendo que essa troca de Secretários constantemente acaba atrapalhando os trabalhos de todos os conselhos. Maria Alice informou que o período de ...... dos Conselheiros é de dois anos e toda documentação desse período servirá para nortear e cobrar dos próximos que vierem assumir o cargo. E a presidência fica com alguém da sociedade civil e não do poder público. Henrique Viana falou da falta de funcionários em alguns setores e com isto o secretário acaba fazendo o trabalho executivo e não administrativo. Com isto todo o trabalho acaba se perdendo. Maria Alice informou que conversando com a Virginia, a mesma relatou que entregou para o Bortolotto e Mariela a documentação referente ao patrimônio .......... Segundo Andrei do departamento do DEPLAN, Mariela não sabe se a documentação está no servidor da prefeitura ou no seu e-mail. Ficou de verificar e dar retorno. Marielle complementou dizendo que o grande problema na cultura de Urussanga é a nomeação dos cargos por indicação política e não por competência técnica. Que infelizmente não existe uma capacitação da equipe para dar seguimento aos trabalhos. Estamos sem Diretor de Cultura desde março e com isto o setor está largado. Que para Urussanga gestão de cultura é “Festa do vinho, Rittorno Alle Origine, Páscoa e Natal”. Que enquanto Conselho, temos uma missão, mudar tudo isto, finalizou. A Presidente complementou dizendo que a Comissão das Festas deveriam ter uma sala a parte. Sergio informou aos presentes que o parque municipal continua sendo um depósito de lixo. Que esteve no parque esta semana e presenciou caminhões de entulhos descarregando lá. Maria Alice disse que sempre foi assim. Independente de administração. Henrique Viana expôs que parece que a Prefeitura tem medo de funcionários. Não vivemos apenas da área tecnologia, são as pessoas que fazem as coisas acontecerem. Quando a cooperativa não tinha funcionários, nada acontecia, agora que tem funcionários trabalhando, está funcionando. O órgão público tem que entender que o funcionário de carreira é o melhor que tem, frisou. Vanessa perguntou a Presidente sobre os funcionários dos três departamentos: cultura, esportes e turismo. Foi informada que apenas uma funcionária de carreira, ela. O turismo não tem e o esporte uma alocada. Marielle comentou aos presentes sobre a visita das Manas ao Colégio Monsenhor numa exposição cultural, onde fizeram uma homenagem ao Pintor Everaldo. Na oportunidade conversaram com a sua esposa Natacha e a mesma informou que tem um acervo do artista em sua casa. Marielle deu a ideia de quem sabe quando a parte cultural estiver estruturada, fazer um memorial aos artistas do Município. Vanessa apoiou a ideia dizendo que assim que Museu estiver estruturado, em uma das salas ao lado fazer esse memorial. Maria Alice disse que existe uma lei onde diz que as quatro primeiras salas do centro cultural pertencem ao Museu. Mauro aproveitou para convidar a todos os presentes para a Feira Cultural do Turco que acontecerá no dia 12 de outubro a partir das 17:00 horas, no estacionamento do Pub. Informou que os idealizadores querem colocar o evento no calendário do Município. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, a ata lavrada por Rita Padoin e assinada por todos os presentes, cuja lista encontra-se em anexo.